O Banco Central

O Banco Central do Brasil (BCB ou BACEN) tornou-se formalmente autônomo em 24 de fevereiro de 2021, com a sanção da Lei Complementar nº 179/2021.

O que mudou?

Antes da lei, o Banco Central era vinculado ao Ministério da Economia (posteriormente Ministério da Fazenda), e o presidente da República podia trocar o presidente do BC a qualquer momento.

Com a autonomia:

- Mandato fixo de 4 anos para o presidente do Banco Central e seus diretores.
- Os mandatos não coincidem com o do presidente da República.
- O presidente da República não pode demitir livremente o presidente do BC.
- A demissão só pode ocorrer em situações específicas previstas em lei, como desempenho insuficiente ou determinadas infrações.
- O BC ganhou maior independência operacional para conduzir a política monetária, especialmente a definição da taxa Selic.

Quando começou a valer? A lei foi sancionada em 24 de fevereiro de 2021, durante o governo Jair Bolsonaro, e estabeleceu a autonomia formal do Banco Central.

A proposta foi defendida sob o argumento de que a autonomia permitiria decisões técnicas, especialmente no combate à inflação, sem interferências políticas de curto prazo.

Em resumo: o Banco Central tornou-se formalmente autônomo em 2021, no governo Bolsonaro, por meio da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021.